

Mercosul, sociedade e opinião: exercícios de hegemonia na página de opinião da Folha de S. Paulo

Li-Chang Shuen Cristina Silva Sousa

O Brasil é a maior economia do Mercosul¹. Em termos de população, território e base industrial, o país apresenta uma ampla vantagem em relação a seus sócios (Argentina, Paraguai, Uruguai, como sócios plenos e Equador, Bolívia e Chile como associados). É possível afirmar, portanto, que a hegemonia econômica dentro do bloco é protagonizada pelo país. Tal liderança se revela incontestável quando a economia brasileira atravessa momentos de crise e suas consequências se refletem nos fluxos comerciais intrabloco. Quando crises econômicas acontecem nos outros países, o Brasil age como agência de socorro imediato, impedindo que tais eventos causem grandes impactos nas demais economias do bloco, a exemplo do que ocorreu com a crise argentina de 2001.

Neste cenário, cabe uma pergunta cuja resposta pretendemos vislumbrar neste trabalho: a imprensa brasileira – aqui representada por um de seus principais jornais, a Folha de S. Paulo –, ciente dos contornos especiais que regem a relação econômica do Brasil com o Mercosul, manifesta a crença, ou o interesse, de o Brasil desempenhar o papel de liderança política do bloco?

Li-Chang Shuen Cristina Silva Sousa é Professora Assistente do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco.

O entendimento que a sociedade civil acumula sobre a integração regional é, em grande parte, tributário da informação jornalística. Vários livros, teses, dissertações e artigos acadêmicos são publicados todos os anos envolvendo, geralmente, aspectos relativos aos universos político, econômico e jurídico-institucional do Mercosul, mas grande parte dessa produção é inacessível ao cidadão comum. Logo, a literatura especializada, em que pese o papel de fundamental importância que desempenha para o próprio sucesso do bloco, é insuficiente para massificar o entendimento e a participação popular no processo de integração.

Conforme Marques de Melo (2003, p. 73),

os meios de comunicação coletiva, através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução simbólica, são ‘aparatos ideológicos’, funcionando, se não monoliticamente atrelados ao Estado, como dá a entender Althusser, pelo menos atuando como uma ‘indústria da consciência’, de acordo com a perspectiva que lhes atribui Enzeberger, influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades. São, portanto, veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias que existem.

Enquanto espaço público privilegiado da sociedade civil midiaticizada, a imprensa se revela, inclusive, foro per-

manente de discussão sobre a integração regional. Em que pese, também, o baixo índice de leitura relativamente ao tamanho da população brasileira, a penetração dos jornais e o acesso a seus textos se dão de forma mais ampla, e de certa forma mais democrática, ao conjunto dessa população que os textos científicos. De tal forma que se justifica o interesse em se estudar o comportamento editorial de um de nossos principais jornais sobre o Mercosul.

Para a confecção deste artigo, escolhemos textos – artigos de opinião e editoriais – publicados na Folha de S. Paulo entre setembro e dezembro de 2007, período em

O jornalismo nasceu opinativo. Até o século XIX, a grande matéria jornalística era a opinião impressa nas páginas de jornais caros, lidos por poucos alfabetizados com capacidade financeira para assiná-los.

que o Congresso Nacional discutia o pedido de entrada da Venezuela no Mercosul em meio a polêmicas sobre as declarações do ex-presidente e agora senador José Sarney, que acusou Hugo Chávez de ser um ditador fascista, e o presidente venezuelano, que acusou o Senado brasileiro de ser subserviente aos Estados Unidos.

Durante o período, a imprensa noticiou o embate verbal entre as autoridades brasileiras e o presidente de um país que pleiteia a associação plena a um bloco regional com a perspectiva de protagonizar um papel de maior visibilidade e liderança no cenário latino-americano. Dado esse contexto, a imprensa deu visibilidade a um processo de luta pela hegemonia no Mercosul, processo esse que perpassa a relação política entre os membros do bloco, através da publicação de textos nos quais a tônica foi a defesa do papel que o Brasil, supostamente, tem a desempenhar na condução da integração regional.

Para compreender o discurso editorial da Folha de S. Paulo sobre a polêmica da entrada da Venezuela no Mercosul, é necessário compreender o ambiente político no qual esse discurso é produzido. Parte desse ambiente é o próprio processo de constituição do Mercado Comum do Sul. Neste processo, tal como ocorre na União Européia, lutas internas pela definição das lideranças políticas – já que as econômicas são definidas pelo perfil e pela dinamicidade da economia de cada país, o que, de certa forma, independe da vontade política e dos elementos de poder projetados por cada nação – são constitutivas da própria integração regional. Assim, é importante dedicarmos algumas linhas ao Mercosul histórico.

Mercosul: um processo em evolução

O Mercado Comum do Sul nasceu da aproximação política entre o Brasil e a Argentina, no bojo da redemocratização sul-americana e da crise da dívida externa conjugada ao pífio crescimento das economias da região em meados da década de 1980. Os acordos entre os então presidentes

José Sarney e Raúl Alfonsín, envolvendo a cooperação em áreas estratégicas como comércio, tecnologia e infraestrutura, deram origem ao Tratado para a Constituição de um Mercado Comum, o Tratado de Assunção, firmado em 23 de março de 1991 entre os presidentes do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, e culminaram com a formação da zona de livre comércio em 1994, ano do reconhecimento do Mercosul como pessoa jurídica de direito internacional por meio do protocolo de Ouro Preto.

Além dos quatro membros, o Mercosul admite uma outra categoria de país: o membro-associado. Estão nesta condição a Bolívia, o Chile, o Equador e, por enquanto, a Venezuela. Como associados, estes países gozam de direitos e preferências tarifárias para seus produtos, mas não são obrigados

a praticar a Tarifa Externa Comum (TEC), aplicada pelos membros aos produtos oriundos de países de fora do bloco. Eles também participam das discussões sobre os rumos da integração. Além disso, eles podem submeter ao parlamento dos países membros o pedido de adesão ao bloco em caráter pleno.

Um membro pleno também pode sugerir que o bloco aceite terceiros países na mesma condição – a Venezuela formulou seu pedido de adesão depois que o Uruguai apresentou proposta nesse sentido aos sócios do Mercosul, em 2005. Para ser aceito como membro pleno do Mercosul, o pretendente deve submeter o pedido ao Parlamento dos sócios e ser aprovado por todos eles. Uma única rejeição inviabiliza a entrada de um novo sócio.

Cabe ressaltar que a construção da integração regional não tem sido um processo fácil e tampouco está concluído. Por enquanto, o Mercosul, em que pese o nome, ainda não é um mercado comum. É uma união aduaneira imperfeita. Pela experiência da União Européia, modelo nesse tipo de integração, o Mercosul está em um estágio intermediário no processo de constituição de uma comunidade regional. De zona de livre comércio – na qual os produtos oriundos dos países membros têm isenção tarifária ao ser comercializados intra-bloco –, passando pela união aduaneira – na qual os bens produzidos fora do bloco entram com uma tarifa definida e aplicada por todos para o mesmo tipo de bem –, há um caminho que inclui a livre circulação do capital e da força de trabalho, a definição de estratégias e políticas de segurança e política externas comuns, coordenação macroeconômica, dentre outros assuntos delicados e que implicam, no mínimo, o compartilhamento da soberania.

Há um outro aspecto relevante. Os blocos regionais são uma plataforma de inserção mais competitiva de seus membros no mercado internacional. São também um refúgio contra as crises globais. Mas, sobretudo, são um palco privilegiado para o exercício da hegemonia por

parte daqueles países que têm condições para isso. Com o Mercosul não é diferente. Economicamente, o Brasil detém dois terços da liderança no bloco: tem o maior PIB, a maior população, o maior território, a maior e mais moderna base industrial, além de uma moeda estável e uma inflação controlada. Politicamente, o cenário já não se mostra tão confortável.

Nesse campo, o Brasil disputa, mesmo implicitamente, a hegemonia com a Argentina, país que detém uma grande influência na região platina. Historicamente, Argentina e Brasil já protagonizaram momentos de crise aguda e desconfiança mútua em razão da própria constituição lingüístico-cultural e sócio-econômica das suas sociedades, assim como dos modelos, nem sempre coincidentes, de inserção na sociedade e economia internacionais (Bandeira, 2003, Fausto, 2004, Cervo, 2008).

Em alguns momentos na história do Mercosul, ficou nítida a confrontação de forças e interesses das duas potências emergentes, como a crise causada pela maior competitividade do Brasil no setor automobilístico no início dos governos Lula, no Brasil, e Néstor Kirchner, na Argentina. Em outros, paradoxalmente, a dependência mútua foi reforçada e publicamente reafirmada, como nas recentes crises do real, em 1999, e de solvência argentina, em 2001, que culminou com uma crise política sem precedentes no país vizinho. Em ambas as ocasiões, a ajuda mútua foi fundamental para que um e outro, especialmente a Argentina, não arcassem com conseqüências mais graves.

De acordo com o embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa (mimeo), o reforço mútuo entre as duas maiores economias do bloco é, também, politicamente estratégico para o Brasil. Em suas palavras,

o Brasil vê o Mercosul, sobretudo, como um projeto de natureza político-estratégica, com o objetivo de ir criando, progressivamente, pontos de contato cada vez mais estreitos entre os respectivos projetos de desenvolvimento nacional de seus países membros. Trata-se, em outras palavras, de buscar convergências e aproximações entre as sociedades da sub-região.

A entrada da Venezuela nesse jogo acrescenta um novo componente de tensão e equilíbrio na relação entre os dois sócios maiores. E também traz um risco, de acordo com a leitura que se pode fazer do discurso editorial da imprensa brasileira sobre o assunto: o de a Venezuela vir a se tornar o protagonista político do Mercosul. Até agora não há um estudo concludente sobre as reais possibilidades de o país vir a se tornar o líder de um bloco em formação e que não tem definido o próprio processo hegemônico. Talvez esse risco seja vislumbrado em relação ao chamariz que o presidente Hugo Chávez representa. Dito de outra forma, uma possível hegemonia da Venezuela no Mercosul não seria uma hegemonia verdadeiramente venezuelana, institucional, mas personalista, centrada na figura de seu presidente.

De qualquer forma, a imprensa brasileira não deixou de perceber tais possibilidades e de manifestar tais inquietações. E como espaço público por excelência da sociedade moderna, a página do jornal se transformou em foro de discussão política. Discussão essa fomentada por meio de editoriais que, mais que a “voz” da empresa jornalística, canalizam a própria opinião da sociedade civil e dos formuladores de política do país.

Opinião e jornalismo: um retorno às raízes

No início, era a opinião. O jornalismo nasceu opinativo – a interpretação do fato ocupava mais espaço que o fato em si no berço do jornalismo moderno. Até o século XIX, a grande matéria jornalística era a opinião impressa nas páginas de jornais caros, lidos por poucos alfabetizados com capacidade financeira para investir em assinaturas, porque os jornais não eram vendidos, eram assinados. Conforme nos ensina Pena (2005, p. 41), “as reportagens não escondiam a carga panfletária, defendendo as posições dos jornais (e de seus donos) sobre os mais variados temas. As narrativas eram mais retóricas que informativas”.

A introdução da publicidade e com ela o barateamento dos jornais, ao lado da alfabetização em massa nos países europeus durante os anos que se seguiram às revoluções Francesa e Industrial contribuíram para o aumento da circulação e do consumo da informação. As classes populares passaram a se interessar por jornais. Mais baratos, alguns chegando a custar poucos centavos, os jornais necessitavam manter o interesse de seu público, sempre crescente. Foi então que o conceito de notícia, tal como conhecemos hoje, foi forjado. A opinião passou a ser separada da informação. Nascia o jornalismo contemporâneo. Nas palavras de Traquina (2004, p. 34),

no século XIX, verificamos a emergência de um novo paradigma — informação, não propaganda — que é partilhado entre os membros da sociedade e os jornalistas; a construção de um novo grupo social — os jornalistas — que reivindica um monopólio do saber — o que é notícia; e a comercialização da imprensa — a informação como mercadoria.

A dinâmica do jornalismo e da própria sociedade no século XX levou a opinião para páginas e formatos específicos dentro do jornal. Marques de Melo (2003) divide os gêneros jornalísticos em informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. No gênero opinativo encontramos o editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a caricatura, a carta, a crônica e a coluna, todos marcados por forte independência em relação aos critérios de objetividade e imparcialidade que, teoricamente, devem ser observados nas notícias. Afinal, opinar sobre algo é deixar aflorar toda a subjetividade inerente ao sujeito que opina. Para marcar a separação entre fato e opinião, objetividade e subjetividade, os jornais delimitam o espaço físico onde cada tipo de texto pode ser encontrado. A página de opinião normalmente é a contra-capas do jornal.

A característica essencial do texto opinativo – aquela de oferecer um direcionamento interpretativo e uma visão a ser defendida pela argumentação – não exclui desse tipo de texto sua faceta informativa. Como salienta Marques de Melo (2003, pp. 74-75), “a expressão da opinião (...) compreendida como mecanismo de direcionamento ideológico, corporifica-se nos processos jornalísticos através da seleção das incidências observadas no organismo social e

A perspectiva oferecida ao leitor em geral encontra ressonância justamente por ser algo próximo daquilo que o público de certa forma já acredita. O jornal fala para seu público e o conhece, por mais que a mensagem seja universal e qualquer pessoa possa adquirir um exemplar na banca.

que atendem às características de atual e de novo”. Dessa forma, a opinião nunca está desatrelada dos fatos. O jornal não opina simplesmente. Ele informa, interpreta e oferece sua perspectiva para avaliação do leitor.

Cabe, no entanto, ressaltar que a perspectiva oferecida ao leitor em geral encontra ressonância justamente por ser algo próximo daquilo que o público de certa forma já acredita. O jornal, afinal, fala para o *seu* público e o conhece. Por mais que a mensagem seja universal e que qualquer pessoa possa adquirir um exemplar na banca mais próxima, o jornal fala para um público específico, mesmo que não reconheça tal fato. O leitor da Folha de S. Paulo é aquele de classe média a alta, escolarizado, que acredita no potencial de um país que tem a vocação natural para a liderança sul-americana. É o que podemos depreender da leitura de seus artigos.

Folha de S. Paulo: Mercosul ideal

O discurso do jornal aponta como um Mercosul ideal aquele no qual o Brasil possa ser o protagonista econômico e político. Seixas Corrêa (mimeo) afirma que a sociedade brasileira é favorável à integração regional e que não há setores organizados contra o processo. Segundo o embaixador, o máximo de resistência até agora encontrada foi entre produtores rurais do sul do país, temerosos com a concorrência nesse setor. Porém, a sociedade deixa transparecer que o papel que o Brasil tem a desempenhar não é aquele de espectador.

Tal visão fica clara nos textos de opinião coletados na Folha de S. Paulo durante o período de observação para a elaboração deste artigo. Em editorial do dia 25 de novembro de 2007, o jornal é taxativo: *o melhor é dizer não*, palavras que deram título ao texto sobre a opinião do jornal sobre a entrada da Venezuela no bloco. Marques de Melo (2003) lembra que o título não é nada inocente. Por meio dele, a opinião já se impõe. O “anúncio da notícia” é uma forma de apropriação discursiva, que tem função orientadora e editorializadora. Ao dizer “o melhor é dizer não”, o

jornal não deixa dúvidas quanto à orientação das linhas que o seguem.

Utilizando-se de argumentos econômicos, o texto deixa transparecer nas entrelinhas a preocupação de o Brasil ter que dividir seu pretensão protagonismo com um sócio cujo presidente “oferece riscos políticos” que podem afetar a condução de acordos com terceiros. O tom economicista do editorial deixa entrever a preocupação com um possível

ofuscamento do Brasil caso o vizinho seja aceito e passe a ter direito de veto nas decisões do bloco. Nas palavras do jornal, “a política externa brasileira deveria buscar mais autonomia para negociar acordos internacionais. (...) Dar a Chávez o poder

de veto no Mercosul seria caminhar no sentido contrário. O bloco, cujo manejo já é delicado, ficaria virtualmente ingovernável” (Folha de S. Paulo, 25/11/2007).

Ao afirmar que a condução da política externa brasileira deveria seguir uma maior autonomia internacional, o jornal nos permite a leitura de que, dentro do bloco, o interesse brasileiro subordinaria o interesse dos demais sócios na negociação de acordos internacionais nos marcos do Mercosul. Equivale a dizer que um país que, historicamente, sempre esteve de costas para seus vizinhos e voltado para o Atlântico (Cervo, 2008) agora deve consolidar uma aproximação político-econômica de forma a deixar claro que não está disposto a ceder uma liderança natural.

O editorial mostra que o paradigma da cordialidade oficial brasileira, forjado por nossa diplomacia para amenizar as desconfianças de nossos vizinhos sobre nós e nossas intenções (*Ibidem*), não deve ser aplicado a este caso: é melhor dizer não para dizer que nossa liderança não pode ser compartilhada. É melhor dizer não para mostrar que nossas intenções, em que pese o discurso oficial, são mesmo pautadas pelo exercício do poder e da hegemonia.

Da mesma forma, é possível inferir que o “manejo já delicado” das relações entre os sócios o é da perspectiva do Brasil enquanto liderança econômica que reluta em, ou simplesmente não consegue, desempenhar o papel de liderança política. Afinal, como processo de integração entre países que acordaram compartilhar a soberania inicialmente em matéria comercial, não há governante ou poder supranacional. O que pode haver, como no caso da União Européia, é o reconhecimento tácito de um poder hegemônico não declarado exercido por uma nação que reúna condições para isso. A Folha de S. Paulo acredita que o Brasil as reúne e que a Venezuela ameaça essa vocação natural do país.

Sabendo-se que o editorial é o texto no qual o jornal explicita sua visão, defende seus princípios e ataca aquilo com o que não concorda através da argumentação, temos que a expressão de um julgamento de valor é marca consti-

tutiva do próprio texto. Como espaço público da sociedade civil, o jornal também é parte dela. Suas opiniões, portanto, são as opiniões da sociedade.

Logicamente tais opiniões não são unânimes. Mesmo entre os leitores-padrão do jornal existem aqueles que acreditam que a entrada da Venezuela será benéfica ao bloco, como ilustra um artigo publicado em 20 de outubro de 2007, na seção Tendências e Debates. Na seção há dois textos que se propõem a responder à mesma questão: O Congresso Nacional deve aprovar a entrada da Venezuela no Mercosul? No texto assinado por Fabiano Santos, professor do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, o Congresso deveria votar pelo sim. No texto assinado pelo diplomata Roberto Abdenur, o voto deveria ser pelo não. Em ambos os textos, lêem-se nas entrelinhas a preocupação com a hegemonia política do bloco.

No primeiro, argumenta-se que isolar a Venezuela de Chávez é perder a oportunidade de “*enquadrá-lo*” no esquema mercosureño, com suas regras democráticas, e de impor maior vigilância por parte dos demais sócios. Obviamente, enquadrar Chávez seria ofuscar suas tentativas de protagonismo regional. Na argumentação de Santos,

o desiderato inscrito em nossa Carta Magna é muito claro: devemos lutar para construir um continente integrado política, econômica e culturalmente. O Brasil, por suas dimensões e história, tem um papel de liderança a exercer nesse processo - esse é seu destino e sua oportunidade para fazer expandir nossa economia e tornar nossa sociedade mais justa (Santos in Folha de S. Paulo, 20/10/2007).

No segundo texto, o argumento é contrário: admitir a Venezuela seria pôr em risco os interesses brasileiros e a autoridade que, mesmo implicitamente, o Brasil arroga para si no processo de integração. A tentativa de enqua-

Na Constituição de 1988, a América Latina é posta como esfera privilegiada do Brasil por meio da integração. Colocando-se a tarefa de promover tal integração, o País também se coloca como líder, como nação que detém o poder de zelar pela comunidade internacional em seu entorno. Isto é um exercício de hegemonia.

dramento da Venezuela poderia resultar num ofuscamento brasileiro, de acordo com Abdenur:

o governo brasileiro foi longe demais no equivocado afã de forçar uma precipitada entrada da Venezuela no Mercosul, na ilusão de que assim poderia conter os ímpetus de Chávez. É compreensível que nossa diplomacia não deseje perder a face com uma reviravolta na matéria. Outra, contudo, é a situação no Congresso, que tem o poder constitucional de não endossar acordos prejudiciais aos interesses do país. (Abdenur in Folha de S. Paulo, 20/10/2007).

Tais leituras são apoiadas na percepção de que os formadores de opinião compartilham da visão dos governos brasileiros desde 1986, de que o Mercosul é o principal projeto de política externa do país. Na própria Constituição de 1988, a América Latina é posta como esfera de atuação privilegiada do Brasil por meio da integração. O texto constitucional afirma que um dos princípios da atuação internacional do Brasil é justamente o de “promover” a integração regional. Colocando-se a tarefa de promotor de tal integração, o País também se coloca como condutor, como líder, como nação que detém o poder de zelar pela comunidade internacional em seu entorno. Isto se constitui um exercício de hegemonia.

A sociedade brasileira já absorveu esse discurso e indica que não aceita compartilhar a promoção da integração com outros, a não ser que os outros aceitem as regras do jogo – que não estão postas, já que nenhum governo brasileiro até agora assumiu a retórica de liderança regional natural. Se o governo não o faz, o jornalismo o reafirma a cada oportunidade que lhe é oferecida.

Conclusões

Neste artigo procuramos analisar os padrões discursivos da Folha de S. Paulo sobre o papel que o Brasil tem a desempenhar no processo de consolidação do Mercosul por meio de textos de opinião publicados entre setembro e dezembro de 2007, período em que a votação sobre a entrada da Venezuela no Mercosul dominava as atenções da agenda política internacional brasileira. A imprensa, como espaço público por excelência da sociedade midiaticizada, age como instituição informadora e formadora – de opiniões, de padrões de comportamento, de modos de pensar e agir.

Para elaborar seu discurso, informar e formar opiniões, a imprensa precisa selecionar fatos e angulações para

oferecer sua versão sobre o cotidiano e tecer suas observações sobre o mundo representável. Conforme Marques de Melo (2003, p. 75), “a seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição

(empresa) para expressar a sua opinião. É através da seleção que se aplica na prática a linha editorial. A seleção significa, portanto, a ótica através da qual a empresa vê o mundo”. Tanto os textos opinativos quanto os informativos, durante o período de análise e com a temática delimitada neste trabalho, permitiam ao leitor mais atento entrever que a seleção das notícias sobre o processo de entrada da Venezuela no Mercosul obedecia ao critério de valorizar a participação do Brasil no mecanismo decisório sobre os rumos que o bloco deve tomar.

Percebemos que o discurso editorial da Folha, relativamente ao papel do Brasil no bloco regional, manifesta o interesse de o país tomar as rédeas do processo, evitando inclusive a entrada de sócios que possam ofuscar uma possível hegemonia exercida pelo Brasil. Tal comportamento ficou evidente em editorial no qual o jornal se posiciona incontestavelmente contra a entrada da Venezuela como sócio pleno. Conforme o texto do jornal, a negativa não seria direcionada ao país em si, mas ao risco que seu presidente – Hugo Chávez – representaria para o protagonismo brasileiro na região.

A leitura dos textos também evidenciou que o jornal trata o Mercosul como uma espécie de produto cuja propriedade é do governo e da sociedade brasileira. Para a nossa diplomacia, a integração regional é o maior projeto de política internacional de nossos governos desde meados da década de 1980. Para a Folha de S. Paulo, o Mercosul é tratado como se fosse assunto de política interna – os demais membros são representados como coadjuvantes que devem aceitar, ou seguir, a posição brasileira para que o bloco consiga se consolidar.

Notas

¹ O PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro representa 2/3 do PIB do bloco.

Referências

ABDENUR, Roberto. “Muitos riscos envolvidos”. Artigo de opinião publicado na seção Tendências e Debates. *Folha de S. Paulo*. Publicado em 20 de outubro de 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Conflito e Integração na América do Sul. Brasil, Argentina e Estados Unidos: da Tríplice Aliança ao Mercosul*. 2ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *Mercosul: a visão estratégica brasileira do processo de integração*. Mimeo, s/d.

FAUSTO, Boris, DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MELO, José Marques de. *Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

EDITORIAL. “O melhor é dizer não”. *Folha de S. Paulo*. Publicado em 27 de novembro de 2007.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTOS, Fabiano. “Muitas vantagens e uma responsabilidade”. Artigo de Opinião publicado na seção Tendências e Debates. *Folha de S. Paulo*. Publicado em 20 de outubro de 2007.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2004.

_____. *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa: Vega, 1993.